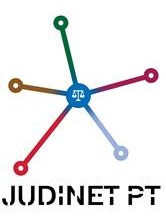
****

|  |
| --- |
| **Caso 1** |

César, arquiteto de profissão, dedica-se, é um grande apreciador de automóveis. Nos seus tempos livres, dedica-se a recuperar automóveis antigos, que compra por preços baixos, normalmente no estrangeiro. O investimento que faz é baixo, nunca recuperando mais do que um automóvel ao mesmo tempo. A venda dos automóveis é feita através da plataforma OLX.

Ana, que é enfermeira e que faz entregas para a UberEats nas horas vagas, em março de 2021 adquiriu a César um automóvel, marca Fiat, de 2006, pelo valor de 5.000,00 Euros. No passado dia 20 de novembro de 2021, Ana comunicou a César, por carta registada com aviso de receção, que o automóvel avariou e não circula desde o dia 1 de novembro.

César considera que a compra e venda efetuada não é uma venda de consumo.

* Questão 1 – A relação entre César e Ana é uma relação de consumo? Qualificaria César como um profissional e Ana como uma consumidora?
* Questão 2 – Imagine que Ana propõe uma ação contra César que, apesar de regularmente citado, não vem ao processo. Que regime aplicará a esta relação?

|  |
| --- |
| **Caso 2** |

Paula, pretendendo comprar um automóvel novo, dirigiu-se a um *stand*, onde adquiriu uma viatura, que estava à venda por 35.000, euros.

Combinaram que Paula entregaria o seu veículo usado, a que atribuíram o valor de 5.000,00 Euros, e pagaria os restantes 30.000,00 a pronto.

O stand ficou com a documentação do veículo e entregou a Paula uma declaração de recebimento, quer do veículo, quer da documentação.

O automóvel foi sujeito a uma revisão técnica e a um polimento na pintura, e vendido a Amélia, no passado mês de agosto, por 12.500,00 Euros.

No passado dia 1 de outubro, Amélia dirigiu-se ao stand queixando-se que o automóvel perdia água. O automóvel foi reparado nas oficinas do stand, que apresentam agora uma fatura de cerca de 2.000,00 Euros.

Amélia recusa-se a pagar, alegando que a reparação cabe na garantia do automóvel. O dono do stand respondeu-lhe que não foi o vendedor da viatura, que era propriedade de Paula, e que terá agido apenas como intermediário da venda.

Questão 1: À luz de que regime jurídico decidiria este caso?

|  |
| --- |
| **Caso 3** |

Em junho de 2017, António subscreveu junto do banco Crédito, S.A, um contrato de mútuo, de 25.000,00 Euros, por cinco anos.

A cláusula n.º 17 do contrato pré‑redigido pelo Banco previa que, se o contrato fosse rescindido antes do seu termo, em razão de incumprimento por parte do mutuário ou por qualquer outro motivo decorrente de um comportamento a este imputável, o mutuário deveria pagar, além dos juros de mora e das despesas, a totalidade das prestações que continuassem em dívida. As prestações tornadas exigíveis compreendiam, além do montante principal, os juros do empréstimo e o prémio de seguro.

António pagou, pela última vez, uma prestação no mês de fevereiro de 2019. O Banco resolveu então o contrato e pediu ao mutuário o pagamento das somas em dívida, em aplicação da cláusula n.º 17 desse contrato.

Em janeiro de 2020, António intentou uma ação contra o Banco, pedindo a declaração de nulidade daquela cláusula.

O Tribunal de 1.ª instância declarou improcedente a ação.

António recorreu para o Tribunal da Relação, que devolveu o processo ao Tribunal de Comarca, ordenando que analisasse o contato na sua globalidade, pois “uma aplicação eficaz desta diretiva [Diretiva 93713/CEE] só é possível se o juiz nacional examinar oficiosamente a totalidade do contrato controvertido”.

|  |
| --- |
| **Caso 4** |

No dia 10 de setembro de 2020, quando Carolina regressava de férias, com a sua filha Francisca, o automóvel em que circulavam incendiou-se.

Ambas escaparam ilesas, mas a viatura ficou totalmente destruída, tendo sido depositada sob custódia da autoridade policial e tendo sido eliminada em novembro de 2021.

A viatura havia sido comprada por Carolina à empresa CarVende, Lda, no dia 1 de junho de 2020, por 20.000,00 Euros. Esta declina qualquer responsabilidade.

Carolina propôs uma ação judicial contra a empresa, pedindo que se declare resolvido o contrato de compra e venda e a restituição do valor pago

* Questão 1: O automóvel apresenta alguma falta de conformidade?
* Questão 2: Quem tem de provar a causa da falta de conformidade?
* Questão 3: Carolina teria direito à resolução do contrato?

|  |
| --- |
| **Caso 5** |

Em 2007 e 2008, a empresa Sáude, S.A., produziu e comercializou um teste para detecção semi-quantitativa do antigénio específico da próstata (PSA), denominado «On Call PSA», com a refª TPS 402.

Em 29.08.2008, a ré emitiu a declaração de fls. 23 a 25 aos seus clientes, sob o título «Recolha Urgente de Dispositivos Médicos», em que refere:

*«…A finalidade da presente carta é informá-lo de que a BB, Incorporated está a lançar uma recolha voluntária dos seguintes produtos: (...) TPS-402 Prostate Specific Antigen (PSA)…*

*Tenha em atenção que esta recolha se aplica a todos os lotes com uma data de validade a partir de Novembro de 2008.*

*Estudos recentes demonstraram que houve uma alteração da estabilidade desde o desenvolvimento inicial do produto. Os resultados dos estudos revelaram que o produto actual é incapaz de cumprir os requisitos de desempenho, ao tempo de vida em prateleira atribuído de 24 meses, o que pode produzir resultados de PSA falsos negativos no limite de detecção ou na proximidade deste. Um resultado da PSA falso negativo pode conduzir a um diagnóstico errado ou a um atraso no diagnóstico do cancro da próstata. Por este motivo, decidimos interromper a utilização destes produtos.».*

Em 01.09.2008, o Infarmed, através da Circular Informativa nº 145/CD, ordenou a suspensão imediata da comercialização do teste em causa, entre outros, relativamente aos lotes com data limite de utilização de Novembro de 2008 ou posteriores.

Em 11.07.2008, Vítor foi submetido a junta médica no Centro de Saúde de … que lhe atribuiu uma incapacidade permanente global de 60% desde Maio de 2008, susceptível de reavaliação ao fim de dez anos.

Para despiste do seu nível de «PSA», Vítor havia efectuado os testes «OnCall» na Farmácia de Santo António dos Cavaleiros, em 13.01.2007, 09.06.2007, 17.11.2007, 26.01.2008, 03.05.2008 e 03.06.2008.

Os resultados desses testes foram sempre inferiores a 4 ng/ml.

O A., e a entidade que aplicou o teste, estavam convencidos de que os resultados eram correctos.

O autor realizava os testes de diagnóstico do nível de PSA várias vezes por ano, devido ao factor de risco próprio da sua idade e porque se preocupava com a despistagem do mesmo.

Em Fevereiro de 2008, através de análise efectuada a amostra de sangue obtida por colheita venosa, foi detectado ao A. um valor de PSA de 8.0.Em 21.04.2008, o A. foi submetido a uma biopsia realizada no Instituto Português de Oncologia DD que lhe diagnosticou «adenocarcinoma da próstata».

Em 11.06.2008, com a idade de 61 anos, o A. foi submetido a uma prostatectomia radical.

Na sequência da prostatectomia radical a que foi submetido, o A. passou a sofrer de disfunção eréctil definitiva.

O que origina amargura, angústia e sofrimento ao A.

O autor vivia maritalmente com uma companheira há mais de 20 anos.

Em virtude da situação descrita em 17º, o casal deixou de manter relações sexuais de cópula completa.

O A. Afastou-se ainda dos restantes familiares e dos amigos devido ao constrangimento provocado pela situação.

O estado de espírito do A. é por isso quase sempre de irritação, com ausência de concentração e falta de auto-estima.

O risco de eventual metastização da doença origina enorme angústia ao A.

O autor é ainda obrigado a realizar testes de prevenção do PSA, de forma sistemática.

* Questão 1 – Estamos perante um produto defeituoso, suscetível de responsabilizar o produtor?
* Questão 2 – Como poderá Vítor fazer a prova do defeito?